

## Apresentação

José Carlos Miguel  
Rodrigo Martins Bersi

**Como citar:** MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins. Apresentação. *In:* MIGUEL, José Carlos; BERSI, Rodrigo Martins (org.). **Educação de jovens, adultos e idosos:** questões teóricas, implicações práticas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.11-30. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-467-7.p11-30>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Apresentação

O livro “Educação de Jovens, Adultos e Idosos: Questões Teóricas, Implicações Práticas” resulta de um conjunto de ações coletivas de docentes e discentes da UNESP, Câmpus de Marília, no intuito de contribuir para maior inserção do binômio Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto do debate acadêmico-político.

Entre essas ações, destaquem-se os desenvolvimentos do “Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária”, PRONERA, a partir do ano de 1998; do “Programa UNESP de Educação de Jovens e Adultos”, PEJA, desde o ano de 2001; do “Programa Permanente de Formação de Funcionários da UNESP”, PROPERF, entre os anos de 2001 e 2005; o oferecimento da disciplina optativa “Educação de Jovens e Adultos”, no curso de Pedagogia, a partir do ano de 2004; a inserção da disciplina “Abordagens Metodológicas da Educação de Jovens e Adultos”, no Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGÉ, a partir do ano de 2006; e, o desenvolvimento do “Programa Interinstitucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Projeto Suplementar EJA”, PIBID – EJA, a partir de 2009.

Paralelamente a essas ações ocorre na UNESP Marília uma significativa produção de artigos, livros, capítulos de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado e material didático para EJA, inclusive uma coleção de livros didáticos para educação básica nessa área de conhecimento, aprovada no Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, em 2013, pela Editora Moderna, envolvendo

coautoria de docentes de outras universidades brasileiras e contando com a participação efetiva de mestrandos e doutorados do PPGE, UNESP, Câmpus de Marília.

Tal debate, como indicado, se situa em processo de persecução da necessária consolidação do ideário de Educação Inclusiva no contexto brasileiro. Sob o nosso ponto de vista, não há que se falar em democratização do ensino quando se constatam a existência de cerca de 10 milhões de analfabetos absolutos, o recrudescimento progressivo do índice de analfabetismo funcional e, principalmente, do não cumprimento da ampla maioria das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2014-2024<sup>1</sup>.

Entre as 20 metas previstas no PNE 2014-2024, a maioria, precisamente 12 delas, a rigor, não foram cumpridas; 5 foram cumpridas parcialmente; e outras 3 metas, além de não cumpridas, configuraram retrocessos relativamente ao período anterior. Entre as metas não cumpridas e em retrocessos estão a de elevação da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e a de erradicação do analfabetismo absoluto, bem como de redução em 50% do analfabetismo funcional, até o final do PNE em vigência.

No conjunto das metas não cumpridas vale destacar a de elevação da escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, visando alcançar no mínimo 12 anos de estudo no ano de 2024; igualmente, aumentar a esse nível a escolaridade das populações do campo, da região de menor escolaridade do país, Norte-Nordeste, e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre

---

1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua divulgada em 07 jun. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=destaques>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

negros e não negros, conforme declaração identitária à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Esse exemplário de desacertos na educação brasileira contrasta com a tendência progressiva de redução nos índices percentuais de analfabetismo absoluto: em 2014 a taxa era de 8,3% dos sujeitos com 15 anos ou mais, reduzindo nesse período para 5,6% em 2022. Mais ainda: ocorreu, o que é de se admirar, um decréscimo de 0,5% em plena pandemia COVID-19, posto que em 2019, início da maior tragédia que se abateu sobre a sociedade brasileira, o índice era de 6,1%. Por que isso ocorre? Primeiramente pela inserção cada vez mais precoce das crianças na escola, articulada à redução progressiva das taxas de crescimento populacional, conforme dados do IBGE, a demonstrar, por exemplo, que a previsão de aproximadamente 208 milhões de brasileiros em 2022 culminou em apenas 203 milhões no resultado final divulgado em maio de 2023. Ou seja, o número de crianças escolarizadas cresce em proporção muito maior do que a taxa de crescimento populacional.

A contribuir para o cenário de desencontros no que tange à educação dos excluídos está, ainda, o fenômeno progressivo de fechamento de salas de aula de EJA em todo o território nacional. Os gestores públicos parecem acreditar que antecipando progressivamente a inserção das crianças na escola resolverão algum dia o problema do analfabetismo. Eles negligenciam a dificuldade do sistema escolar para educar significativo grupo de estudantes que passam três ou quatro anos na escola e não aprendem a ler e a escrever com competência, constatando-se tendências de regressão à condição de analfabetismo absoluto e ampliação do analfabetismo funcional. Somem-se a esses invariantes os reflexos do afrouxamento das metas de redução do analfabetismo e baixa escolarização média da população, via mecanismos de certificação e efeitos da Resolução nº

01/2021<sup>2</sup>, de 25 de maio de 2021, homologada pelo Ministério da Educação, após tramitação na Câmara de Educação Básica e no Conselho Nacional de Educação, pela ordem.

De forma inexorável, a dialética do lugar social da EJA reflete as apreensões e as contradições existentes nas relações sociais, no universo das coisas e nos próprios sujeitos a constituírem a comunidade humana em uma sociedade de classes. Tal como ocorreu recentemente com as legislações trabalhista e previdenciária, os avanços no campo dos direitos sociais ocorridos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e da legislação dela decorrente, foram progressivamente desconstitucionalizados ou tiveram os possíveis efeitos amortecidos. No entanto, praticamente a metade da população brasileira corrobora, eleitoralmente, o modelo político e socioeconômico a cassar direitos sociais conquistados nesse período histórico. A rigor, parcela significativa da população nem se dá conta da tragédia que legitima.

Uma análise coerente da política educacional na atual sociedade brasileira de classes, exige a pergunta: qual foi a política educacional posta em prática nos últimos anos, especialmente entre 2016 e 2022? A resposta, pela justeza e evidência, impõe afirmar que, além dos efeitos da pandemia COVID-19, no lugar do PNE foram instituídas políticas discriminatórias, excludentes e de censura, esvaziando o papel da escola como lugar de pensamento crítico, reflexivo, plural, vivo, transformador e livre. Além das metas não cumpridas, em sua maioria absoluta, como já definido, no período em questão as prioridades eram *homeschooling*, escolas cívico-militares

---

2 Os termos da Resolução: “Institui Diretrizes Operacionais para a EJA nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância”.

e escola sem partido, nenhuma delas plenamente efetivada, além do desmedido corte de verbas para a educação pública em geral, e para as universidades públicas federais, em particular. A transitoriedade e ineficácia dessas políticas causou maior postergação ainda na realização da utopia da Educação Popular na rede do Estado. Essa, depende de políticas de Estado, não de governo, e tem previsão constitucional, por ora.

Constatam-se, mesmo após a formalização da EJA como modalidade da Educação Básica e instância de Direito Público Subjetivo, inúmeras dificuldades para sua consolidação nas organizações institucionais, desnudando a subalternidade das camadas populares e o legado da educação para jovens e adultos trabalhadores, marginalizados, subempregados ou desempregados, por vezes expostos às diferentes configurações estigmatizadas em vieses de natureza étnico-racial, etária ou de gênero.

Apesar disso, os dois movimentos, o da Educação Popular forjada no seio dos movimentos sociais populares e o da EJA, pensada como obrigação do Estado administrador do excedente econômico, paulatinamente se constituem como vasto campo de reflexões teóricas, a definir progressivamente as formas de intervenção na Prática de Ensino com vistas à transformação de realidade tão cruel.

Ambos os movimentos compreendem que é pela educação e pela cultura que o homem se humaniza, podendo desenvolver atitudes participativas frente ao mundo, conhecendo e exercendo direitos e deveres de cidadania. Conhecendo e valorizando a diversidade cultural, o ser humano aprende a respeitar as histórias de vida, valores, diferenças de gênero, geração, raça e credo, fomentando a convivência com a diferença e atitudes de não discriminação. Passa a reconhecer e a valorizar conhecimentos históricos e científicos, a

natureza e o meio ambiente, bem como a produção literária e artística como patrimônios culturais da humanidade.

Tudo isso possibilita o exercício da autonomia pessoal do ser humano com responsabilidade, aperfeiçoando a convivência em diferentes espaços sociais e favorecendo o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia como valor universal.

Nesses termos, o desempenho do sistema escolar brasileiro necessita efetivar, com urgência, a universalização da educação básica de qualidade e atuar no sentido de consolidação de novas matrizes teóricas dadas as profundas e rápidas transformações da sociedade.

Estas são as bases de uma proposta alternativa ao projeto neoliberal de educação, claramente voltado para a instrumentalização do mercado de trabalho e sustentado com base na teoria e na prática de uma educação burocrática. Assim, consolidar essa proposta alternativa pressupõe pensar uma escola que busca fortalecer de forma autônoma o seu projeto político-pedagógico, relacionando-se dialeticamente com o mercado, com o Estado e com a sociedade. Trata-se de uma escola que deve ser pública quanto ao seu destino, ou seja, para todos; estatal quanto à forma de organização e funcionamento; e, democrática e comunitária quanto à sua gestão.

Da articulação entre teoria e prática nos processos de formação profissional e de difusão do conhecimento depende em grande monta a transformação do cotidiano educativo. A universidade tem papel fundamental nesse processo e é pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, processos mediados pela gestão, que tal corolário se estabelece.

Lugar específico de formação, a escola não ensina o que se pode aprender na família e na comunidade, ou seja, ela não ensina nos mesmos moldes que a família e a comunidade.

A comunidade é lugar de resistência, de memória e de dignidade. Por isso, é socialmente legítimo preconizar o vínculo entre a escola e a comunidade. Vinculada à comunidade, a escola é “nossa escola” e não a “escola do Estado”, ou a escola dos dominantes.

As transformações do mundo do trabalho face às mudanças tecnológicas que vêm acompanhadas da precarização do trabalho, do desemprego e dos processos de seleção e exclusão social apontam também para mudanças no meio rural, desde a questão global da fome até as inovações tecnológicas, impondo novas formas de organização produtiva, como a agricultura familiar e as atuais lutas sociais pela terra em diferentes países. No mesmo patamar de importância se colocam a atualidade da relação do homem com a natureza, a questão ecológica, a discussão sobre as tecnologias intermediárias e a noção de desenvolvimento sustentável. Sem educação transformadora, é impensável o enfrentamento dessas questões.

Sem embargo, erradicar o analfabetismo e ampliar a taxa de escolaridade média da população não dependem apenas de ampliação do número de vagas nas escolas. Os novos processos culturais adquirem uma centralidade ímpar na sociedade brasileira em transformação exigindo distribuição justa da renda produzida, reduzindo a desigualdade e promovendo a justiça social; compatibilizar maior acesso à educação, à universidade e à ciência com mérito científico e qualidade acadêmica; enfrentar a questão da identidade cultural e das histórias de vida dos educandos, pensando a relação entre o eu e os outros, ou seja, o lugar da alteridade cultural na sociedade em processo de internacionalização.

Essa é a forma como compreendemos a pertinência dessa obra. Construída por várias mãos, engloba amplitude de saberes e de visões de mundo, mas tem uma marca que a distingue: todos os autores convergem para um mesmo pensamento, qual seja, a



radicalidade amorosa dos processos de Educação Popular e de Educação de Jovens, Adultos e Idosos e a crença na força da educação como ato de humanização e de contribuição para a transformação da sociedade. Dito isso, passemos, então, ao delineamento geral de cada um dos textos que a compõem.

No primeiro texto da coletânea, “Educação Popular: uma pedagogia mobilizadora para a desconstrução do colonialismo”, as autoras Jaqueline Rodrigues Ferreira, Jessyca Eiras Jatobá Santos e Letícia Florêncio Vieira, apontam para elementos fundantes de uma concepção de educação, a qual, idealizada para a valorização da condição humana, não pode ser pensada independentemente das demais práticas sociais, mas, ao mesmo tempo, perspectiva de enfrentamento das contradições dessa sociedade, não pode ser confundida com elas. Dito de outro modo, pensar a Educação Popular implica atuar para a transformação da cultura escolar com vistas à transformação das mentalidades enraizadas na sociedade colonial. Por isso, considerando o processo da modernidade e da industrialização no Brasil, o estudo aborda as contribuições da Educação Popular, como modo de desconstruir a colonialidade sobre a prática educativa. Estabelecem as autoras, que essa desconstrução deve incorporar os pressupostos da prática educativa freiriana, considerando a Educação Popular como uma pedagogia que possibilita a ruptura com o colonialismo intelectual, ou seja, ao recolocar na práxis educativa a cultura e a realidade social dos sujeitos no centro do processo de constituição do conhecimento, viabiliza a transformação das mentalidades pela tomada de consciência. Assim como a política como parte do fazer educativo e o diálogo horizontal constituem elementos fundamentais para a superação da dicotomia entre sujeito e objeto.

O texto “Caminhos dialógicos na educação de jovens e adultos: repensando a leitura e literatura”, de autoria de Letícia Kondo e Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto, tem como pressuposto que considerar o cenário político e educacional da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil exige refletir sobre as práticas pedagógicas que permeiam tal ensino. A escassez de oportunidades para que os alunos, público-alvo da EJA, exerçam protagonismo em seu processo de ensino/aprendizagem gera ainda mais exclusão, uma vez que eles já são historicamente marcados pelas injustiças sociais e opressão. Defender a educação de jovens e adultos requer uma luta constante para um ensino de caminhos dialógicos e significativos. A partir desta concepção, as autoras valem-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental, buscando explorar caminhos de leitura, visando à formação de leitores críticos, com base na proposta de trabalho da estratégia de leitura “conexão” (Giroto; Souza, 2010) dentro da obra literária ilustrada *OS INVISÍVEIS* de Tino Freitas e Odilon Moraes. Deste modo, o trabalho realizado dialoga com estudos acerca da Filosofia da Linguagem presentes em Bakhtin e os resultados apontam para as possibilidades de alfabetização preocupadas com a formação integral de sujeitos, a humanização.

Na sequência da obra, os autores Tarcísio dos Santos da Silva, Tiago Rodrigues da Silva e Maria Eduarda Tognette abordam no texto denominado - “Uma Nova Abolição”: a Campanha de Alfabetização de Adultos no estado de São Paulo (1947 -1949) – um movimento relevante na trajetória histórica da EJA, reconstituindo aspectos fundamentais da história da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no estado de São Paulo a partir da identificação, caracterização e análise de matérias publicadas no jornal O Estado de S. Paulo (OESP) entre os anos de 1947 e 1949, período

de atuação de Lourenço Filho na CEAA. Discutem-se as representações da CEAA como política nacional de combate ao analfabetismo. No território paulista, percebe-se a implantação de cursos e turmas em diversos municípios do interior, quer seja na zona urbana ou rural. O jornal OESP produziu representações que serviram de estratégia na legitimação da CEAA e, principalmente, para alcançar voluntários, conquistar empresas e/ou instituições religiosas na necessária participação na salvação nacional. Para além disso, alfabetização de adultos identificada como um dos principais campos de atuação da União em cooperação com Estados, municípios e setores privados.

No texto denominado “Aproximações entre a Teoria da Atividade de Estudo e a Teoria Pedagógica de Paulo Freire: implicações para a educação de jovens e adultos”, os autores Allan Alberto Ferreira e Cláudia Elaine Catena investigam, por meio de pesquisa bibliográfica, possíveis aproximações entre a Teoria da Atividade de Estudo, com base no Sistema Elkonin-Davidov-Repkin, e as proposições pedagógicas de Paulo Freire, tecendo, também, algumas considerações a respeito da relevância de tal discussão para Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na análise destacam que, não obstante as diferenças sociais, históricas e políticas, as teorias apontadas emergem em contraposição às concepções pedagógicas tradicionais de ensino-aprendizagem e à lógica de controle e alienação do mercado capitalista. Identificam, também, inter-relações pedagógicas entre as teorias tais como: tomam o estudante como sujeito que aprende e se desenvolve em atividade, criam novas necessidades e interesses pelo estudo por meio de situações-problema; consideram que o aluno educa a si mesmo mediado pela comunicação-cooperação dialógica com o professor; bem como promovem o desenvolvimento de capacidades teórico-críticas do

pensamento e da consciência para a autotransformação do sujeito e de sua realidade social.

Da parceria entre os autores Yuri de Lira Lucas e Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena resultou uma interessante discussão sobre metodologias ativas no ensino da EJA a qual se logrou denominar “Estratégias pedagógicas para o ensino de Geografia na educação de jovens e adultos: metodologias ativas e gamificação”. No estudo destacam-se as estratégias pedagógicas utilizadas no ensino de Geografia para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco em tornar o ensino mais significativo e contextualizado. A pesquisa abordou a utilização de metodologias ativas, recursos didáticos diversificados e a valorização da dimensão crítica e cidadã no ensino de Geografia na EJA. A metodologia envolveu a seleção criteriosa de artigos relevantes nas plataformas acadêmicas, com palavras-chave como "Geografia", "EJA" e "ensino". Os resultados evidenciam a importância das metodologias ativas, como o uso de recursos digitais e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), na promoção de uma aprendizagem participativa e contextualizada. Além disso, a gamificação é destacada como uma estratégia pedagógica relevante, que cria um ambiente lúdico e desafiador, permitindo a aplicação prática e contextualizada dos conceitos geográficos. A pesquisa conclui que a utilização dessas estratégias pode promover um ensino mais dinâmico e efetivo, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades geográficas e a construção do conhecimento de forma significativa na EJA.

Discutindo questões imbricadas na tomada de decisão sobre a organização de programas de ensino na EJA, na perspectiva de educação desenvolvimental, o texto “Transdisciplinaridade, Sujeito Global e Diversidade Cultural: implicações para a organização de programas de ensino na EJA”, produzido em coautoria por José

Carlos Miguel, Camila Aparecida da Silva e Priscila Caroline Miguel, estabelece que a temática da transformação da cultura escolar contrapõe as concepções externalista e internalista de ciência e de educação, defendendo a busca de superação da fragmentação dos processos de produção e difusão do conhecimento científico a partir do resgate da historicidade como elemento fundante para a compreensão da relação entre a realidade e o objeto do conhecimento, ou seja, entre o todo e as partes que o compõem. Argumentam que no caso da EJA, mais do que pensar as interfaces entre as disciplinas, trata-se de pensar uma abordagem metodológica a consolidar uma perspectiva curricular de matriz externalista, considerando a transversalidade concretizada por um tema comum, a envolver as vivências culturais dos sujeitos, a evolução histórica das ideias científicas e o enredamento entre elas, via problematização da realidade. Assim, em um ambiente educativo marcado pela transdisciplinaridade, a ação pedagógica deve ser endossada pela dialogicidade, pela abertura à reflexão, pela liberdade de pensamento, pela integração de ideias científicas de áreas diferentes, pela valorização da diversidade, pela escuta respeitosa e pelo trabalho colaborativo. Implica em reconhecer, valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, político e cultural, mas não desconsiderar as visões parciais dos estudantes a serem superadas, ou não, pelo saber sistematizado, fruto da curiosidade intelectual, da investigação, da reflexão permanente, da análise crítica, da imaginação e da criatividade. E, principalmente, pelo reconhecimento do seu papel na sociedade de classes, pela tomada de consciência do seu lugar social em uma cultura social, política e econômica marcada pela exclusão.

Por sua vez, o texto “A Atividade de Ensino como ação pedagógica voltada ao processo de humanização de estudantes da

EJA”, de autoria de Daniele Cristina de Paiva, analisa a atividade do professor da EJA, mais especificamente a atividade de ensino enquanto prática pedagógica que pode colaborar para o processo de humanização dos estudantes. A metodologia eleita ao desenvolvimento da investigação foi a pesquisa documental e bibliográfica considerada procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico possibilitando ao pesquisador analisar as fontes que respondam ao seu problema e às suas indagações e que comprovem, ou não, suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos. A autora argumenta que a atividade de ensino na EJA deve ser sistematizada e intencional, marcada pelo desejo de contribuir, por meio da formação de conceitos teóricos e científicos, para um processo de transformação e humanização dos sujeitos. Como resultado da pesquisa documental e bibliográfica realizada constata-se que é preciso que todos os envolvidos no ato educativo, em especial, o professor, aquele que organiza as atividades de ensino, reconheçam as necessidades daqueles que chegam às salas de EJA. Revendo as limitações no percurso de suas vidas as quais os impediram de estudar antes, de forma a auxiliá-los, encorajando-os a persistirem e continuarem buscando a aquisição conceitual decorrente da atividade de estudo conduz, como indica Vygotsky, ao desenvolvimento de funções psicológicas superiores, a fim de se tornarem cidadãos autônomos e capazes de atuar socialmente de maneira crítica e consciente, tomando decisões apropriadas diante das mais diversas situações e problemas cotidianos, buscando transformarem-se e transformarem o meio em que vivem.

Rogério Gomes, Raúl Esteban Ithuralde e Marisa de Fátima da Luz analisam temática relevante no novo momento da geopolítica, em especial, na América do Sul, a qual marca uma aproximação maior entre os povos, em parte pela nova postura do governo brasileiro. No

artigo “Experiências coletivas na educação de jovens e adultos no contexto latino-americano” eles debatem a educação popular e a educação de jovens e adultos no âmbito latino-americano, trazendo à tona a proposta educativa e formativa na literatura de Paulo Freire, bem como as ações dos movimentos sociais para além de saber ler e escrever. Para tanto, se debruçam em referências bibliográficas que os conduziram pela compreensão do protagonismo dos movimentos na educação popular, mais precisamente com as experiências concretas organizadas pelo movimento de “La Dignidad”, em Argentina e pelo MST, no Brasil. Abordam precisamente os Bacharelados Populares, e trazem a relação da luta pela terra e educação no MST que abre um leque de aspectos sobre a práxis educativa nos diversos espaços educativos. Dialogando com a literatura produzida sobre a temática e articulando-a com experiências nas quais são sujeitos ativos, concluem que tais experiências no cenário da educação popular organizados pelos movimentos em questão refletem constantemente a realidade estrutural e cotidiana dos sujeitos.

No artigo “Desafios da Educação de Jovens e Adultos frente às políticas públicas”, os autores Cláudia Elaine Catena e Allan Alberto Ferreira, se dedicam em discussão que visa a contribuir com o debate acadêmico sobre a Educação de Jovens e Adultos. Para tanto, formularam o seguinte questionamento: Quais os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos frente às políticas públicas? Assim, estabeleceram como objetivo principal investigar alguns desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos frente às políticas públicas, considerando o período de 2018 a 2022 em que se instalou no país um cenário de desmonte das políticas e órgãos da cultura, ciência e educação. Como embasamento teórico, se valeram da abordagem histórica centrada em pesquisa documental e bibliográfica, adotando o método materialista-dialético para analisar



os dados localizados sobre os desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos em um contexto brasileiro marcado por acirrado processo de inculcação ideológica, intolerância e tentativas de desacreditar a ciência e sua forma de difusão, a educação. Como resultado da análise, percebem as escolas como aparelhamento ideológico do Estado, mas ainda como a melhor fonte de informação para as classes populares, e enfatizam que os problemas são de uma natureza ampla e tem implicações político-pedagógicas desde a formação inicial e continuada dos docentes até a sua contratação, permeando inclusive pela arrefecimento da luta da classe docente. Nesse sentido, apostam na ressignificação da cultura política desenvolvida acerca dos mecanismos de controle do Estado para promover mudanças nas concepções acerca de educação, de EJA e de sociedade.

Uma questão central na discussão sobre Educação Inclusiva, em contexto amplo, é o processo de ensino e aprendizagem da Matemática. No caso da EJA, por vezes os estudantes desenvolvem estratégias interessantes de cálculo mental na prática social cotidiana, mas revelam dificuldades com a Matemática escolarizada. Preocupados com essa situação, Rosangela Marques Gobato Rocha e José Carlos Miguel analisam a perspectiva metodológica da resolução de problemas como um dos aportes necessários ao melhor encaminhamento desse problema pedagógico, fundamentando-se no contexto da Teoria Histórico-cultural e explorando aportes da Teoria da Atividade de Estudo, a partir das contribuições de Vygotsky, Leontiev e Davidov. O estudo se fundamenta em pesquisa bibliográfica, análise documental e abordagem qualitativa de situações matemáticas desenvolvidas em sala de aula relativamente à temática da resolução de problemas. No contexto da pesquisa em Educação Matemática, constata-se certa aversão à disciplina, a qual se



mostra com intensidade na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em geral, os educandos deixaram de frequentar os bancos escolares de maneira precoce por uma infinidade de fatores. Mas o que marca o curto período de escolarização na infância, quando ocorre, é a dificuldade em manipular os conceitos matemáticos, considerando-se a dinâmica didático-pedagógica adotada. Uma das capacidades a ser desenvolvida durante as aulas dessa disciplina é a Resolução de Problemas, constatando-se insatisfação diante dos resultados negativos, a ocasionar danos significativos à aprendizagem. Os resultados apontam para a importância de os docentes proporcionarem meios para que os alunos possam produzir, expressar e comunicar suas ideias matemáticas e assim compreender as atividades propostas. Ressalta-se a importância de considerar as experiências dos alunos da EJA, como elemento intrínseco à cultura.

Josefina Kuingo Daniel e Stela Miller se dedicam a relevante discussão sobre a apropriação de conceitos científicos e a necessidade de ampliação da discussão sobre a renovação dos programas de ensino. Trata-se de estudo cujo objetivo é analisar a temática da educação de jovens e adultos, EJA, no contexto da contribuição da atividade de estudo no processo de ensino e aprendizagem sobre conceitos científicos, tarefa compreendida como capacidade desenvolvida mediante ação sistemática e planejada da escola. Busca analisar os fundamentos que monitoram de forma teórica uma sequência de elaboração de estratégias e organização do processo de ensino e aprendizagem nas atividades em sala de aula, tendo em conta a complexidade da EJA. Aborda o problema da relação entre ensino e aprendizagem em perspectiva de reflexão, de desenvolvimento intelectual e pensamento crítico-reflexivo, planejado com base em conhecimentos específicos obtidos no âmbito das ações de ensinar e de aprender dos sujeitos envolvidos no processo, o professor e aluno.

Os resultados indicam que essa mediação pedagógica, aprendizagem-desenvolvimento, no contexto da atividade de estudo, fornece uma contribuição na transformação qualitativa da relação dos sujeitos da aprendizagem com o meio social, o mundo, e na transformação da sua personalidade mediante os fundamentos da abordagem metodológica e pedagógica da aprendizagem, pelo diálogo, pelo currículo como ação compartilhada, na articulação aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do sujeito.

Dito isso, no conjunto de textos a compor a coletânea sobressai a compreensão do ato de educar como uma dimensão política, para muito além da dimensão técnica, porquanto envolve relações de poder que se estabelecem mediante as relações de saber. As relações entre os atores sociais na escola reproduzem a rede de relações de poder situada no âmbito da sociedade consolidando uma expressão potencializada dos elementos que configuram o sistema de ensino no sentido de disseminação de conceitos, ideias, crenças e valores.

Compreender como essas relações se processam implica em definir como o poder atua sobre os indivíduos e a sociedade, desvendando o sistema de ideias e conceitos que possibilitam que elas se realizem de fato. Dessa forma, todo conhecimento é carregado de sentidos, ideias e valores, de forma que o ensino é um instrumento de formação social que molda os indivíduos de acordo com os preceitos daqueles que detém a primazia nas relações de poder.

No caso da EJA, em um contexto de educação inclusiva e de busca de universalização do ensino, a escola básica recebe um contingente de alunos com perfil sociocultural heterogêneo e que transita, antes da escolarização formal, seja qual for a sua origem, por um universo amplo de informação e comunicação, o que exige

adequação dos programas de ensino e, por consequência, do processo de formação de professores sintonizados com essa nova realidade.

Claramente marcada pela concepção internalista de organização dos programas de ensino, concebendo o processo de ensino da forma como cada especialista concebe a sua ciência, um dos grandes desafios para a formação de professores revela-se na necessidade de atendimento das especificidades do trabalho educativo relativamente às diferentes etapas da vida dos estudantes, superando a visão segmentada do desenvolvimento e da aprendizagem. Por esse corolário, não é o desenvolvimento que promove a aprendizagem; é a aprendizagem que provoca o desenvolvimento das pessoas, como já bem definiu a teoria histórico-cultural.

O problema exige considerar, um pouco mais, no desenvolvimento dos programas de ensino na EJA, os artefatos socioculturais que se revelam nas práticas que os alunos desenvolvem diuturnamente antes de chegarem à escola, seja no contexto de experiências anteriores de letramento, em atividades lúdicas, no trabalho ou em inúmeras práticas sociais que permitiriam considerar a concepção externalista de organização do currículo escolar.

Isso traz consequências para a organização dos programas de ensino na EJA, especialmente quanto a considerar as relações entre cultura, ciência, educação e sociedade. Como uma concepção geral da educação, a educação popular chegou a opor-se à educação de jovens e adultos impulsionada pelo Estado e tem ocupado os espaços que a EJA oficial não contemplou de maneira mais efetiva. Por isso, é necessário definir bem os conceitos postos no âmbito dessa discussão.

Um dos princípios originários da educação popular é a busca de consolidação de uma epistemologia baseada na consideração e no respeito pelos saberes e conhecimentos, em geral de senso comum, dos quais são detentores as classes populares, problematizando-os,

com vistas ao desenvolvimento de um pensamento mais crítico, rigoroso, científico e unitário.

Trata-se de pensar um processo sistemático de participação na formação, fortalecimento e instrumentalização das práticas e dos movimentos populares, visando a passagem do saber popular ao saber sistematicamente organizado.

Esperamos, com esses olhares, que a coletânea possa ser útil na ampliação do debate sobre a educação de jovens e adultos, no contexto da educação popular, ambas então concebidas como instâncias fundamentais do propósito de educação como Direito Público Subjetivo, o que esperamos seja efetivado no âmbito da sociedade brasileira em transformação.

*José Carlos Miguel e Rodrigo Martins Bersi*

